

**LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO**O sucesso das
atividades políticas
com os calouros*
Reforma Universitária
entra na pauta
dos conselhos

ASSEMBLÉIA

Professores voltam a discutir atrasos e reajuste

Nesta quarta-feira, 23/2, às 18h30, na sala P-65, acontece mais uma assembleia dos professores para discutir atrasos de salários, 13.º e campanha salarial de 2005.

Com a dívida da Reitoria já acumulada em mais de 134% de um salário (veja tabela ao lado), os docentes iniciam mais uma campanha, visando recompor seus combalidos salários. Os funcionários administrativos já iniciaram sua movimentação, reivindicando a reposição pelo ICV-Dieese entre março/2004 e fevereiro/2005.

Desde maio/2003, os professores vêm recebendo seus salários de maneira parcelada. Somente 20% do 13.º foram creditados em suas contas. Os docentes terão de aguardar até 2006 para receber uma parcela do acordo salarial de 2004 ainda não creditada.

Como se isso não bastasse, a Reitoria acena com cortes nos contratos de trabalho dos docentes, que já estão sendo questionados em vários departamentos. Por isso, a participação nesta assembleia torna-se ainda mais importante, para que o peso da crise não torne a cair sobre os trabalhadores da instituição.

Encontro com a Reitoria

Na quinta-feira, 17/2, a diretoria da APROPUC encontrou-se com a

Veja quanto a Reitoria deve aos professores

Valores líquidos, descontados INSS e Imposto de Renda, tendo por base o salário de um assistente-mestre, tempo integral, com dois dependentes

13.º Salário

R\$ 2.859,96

Excetuando-se os 20% pagos em 30/11/2004

Acordo de 2004

R\$ 2.825,00Diferença entre o valor acordado e o que foi pago em 2004
(Este valor será pago em 5 parcelas a partir de janeiro/2006)

Salário de janeiro/2005

R\$ 890,24

25% restantes

Total

R\$ 6.575,20ou **134%** de um salário

Reitoria para cobrar os atrasos salariais e de 13º, além da prática da totalidade dos descontos sempre na primeira parcela do salário. A reitora Maura Vêras disse considerar importante manter os compromissos com os trabalhadores, mas alegou que estava difícil formular uma proposta concreta sobre os atrasados sem pensar em

mudanças estruturais. O vice-reitor administrativo Flavio Saraiva afirmou que "a PUC não tem condições de fazer reposições salariais em 2005."

Diante da insistência da diretoria da APROPUC, a Reitoria comprometeu-se a apresentar, até esta terça-feira, 22/2, uma proposta concreta para o pagamento dos atrasados.

Não nos calarão

A execução da missionária Dorothy Stang, no Pará, trouxe à luz do dia a grilagem de terra por fazendeiros/madeireiros e o choque do poder econômico com agricultores pobres.

A violência latifundiária se manifesta diuturnamente, como mostram a liberdade dos fazendeiros de contratarem jagunços, inúmeros assassinatos e ameaça de morte de lideranças. Nem bem os protestos aconteciam, exigindo punição aos assassinos de Dorothy, três novas execuções foram desfechadas a mando de latifundiários. No sul do Pará, em Paraupabas, o sindicalista Soares da Costa Filho foi abatido a tiros.

A propriedade da terra, na forma de latifúndio, resulta em liberdade para matar camponeses sem-terra, que lutam pela reforma agrária. Não há novidade nesse fenômeno social. A história fundiária do Brasil está marcada pela opressão da oligarquia contra a maioria camponesa e demais trabalhadores do campo. Mas a luta de classe vem se agudizando devido aos camponeses terem se organizado nacionalmente e usado como instrumento de luta pelo acesso à terra a ocupação.

Na década de 60, os trabalhadores agrários descobriram que poderiam combater os opressores organizando-se nas Ligas Camponesas. A ditadura militar a dissolveu com violência. Mas o problema social permaneceu e se agravou com aumento da concentração latifundiária e a penetração da indústria no campo (agronegócio). É sobre essa base que o movimento camponês ressurgiu por meio do MST, agora marcado pelos sem-terra, excluídos do processo de proletarianização – o desemprego cresceu em grande escala.

O processo de expulsão dos camponeses das pequenas e médias propriedades não se completou. Continua sua marcha, intensificando a opressão de milhões de trabalhadores, que resistem bravamente. O Estado e seus governos demonstraram que os camponeses não poderão ser protegidos, funcionam como braço do poder econômico no campo.

As esperanças no governo do PT/Lula e as ilusões em uma reforma agrária pacífica se esgotam mediante medidas contrárias aos camponeses, o recrudescimento do armamento latifundiário e os assassinatos.

Dorothy foi abatida nesta situação de luta de classe no campo. Colocou-se ao lado dos sem-terra, denunciou a devastação provocada pelas madeiras e trabalhava em projetos de assentamento. Por mais que procurasse a via pacífica e por mais que contasse com a legalidade do próprio Estado, sua ação se levantava contra a expansão dos exploradores. Caiu vítima da violência do capital contra milhões de pobres do campo.

Dorothy, Soares da Costa e centenas de outros lutadores não se calam vendo a morte à espreita. São exemplos de resistência. Nós a continuaremos. Lutamos pela punição dos assassinos. O objetivo de todo trabalhador é pôr fim à todo tipo de opressão e violência, que só virá com o fim da exploração do homem pelo homem.

*Erson Martins,
Diretor da Apropuc.*

ELEIÇÃO

Prorrogado o prazo de inscrição de chapas para a AFAPUC

As chapas que vão disputar a próxima eleição da AFA-PUC podem se inscrever até o dia 7/3. O prazo, que se encerrava em 21/2, foi prorrogado pela comissão eleitoral na semana passada. A votação fica mantida para os dias 21 e 22/3.

Até o fechamento desta edição, somente uma chapa estava inscrita. O pleito é refe-

rente ao biênio 2005/2007.

A chapa AFAPUC Viva é encabeçada pelo atual presidente da entidade, Anselmo Antonio da Silva. Cumprindo o procedimento padrão, a comissão eleitoral está verificando se os membros da chapa integram de fato o quadro associativo da entidade e se estão em dia com suas mensalidades.

Calendário Eleitoral

Inscrições de Chapa	até 7/3
Votação	21 e 22/3
Apuração	22/3

Comissão do restaurante continua sendo questionada

O Conselho dos Centros Acadêmicos (CCA) divulgou na semana passada novo documento questionando a comissão encarregada de definir a nova praça de alimentação da PUC.

Depois de protestar contra a ausência de representantes dos CAs na discussão da política de alimentação, o CCA foi solicitado a indicar um estudante para acompanhar o processo de licitação. O convite foi recebido com críticas, já que, na visão dos estudantes, chegou tarde demais, quando todas as condições para a escolha das empresas já estavam definidas.

A carta do CCA cobra coerência da Reitoria com sua própria campanha eleitoral, quando foi

propagandeado o diálogo e a participação da comunidade nas decisões. Quando a comissão foi formada, o estudante Thiago Louro, do Direito – que não integra nenhum CA – foi convocado pela Reitoria. O próprio aluno, no documento do CCA, reconhece publicamente “não é representante dos estudantes da universidade”.

“A garantia do acesso e permanência dos estudantes passa pela discussão do restaurante universitário. E exigimos que essa discussão seja aberta à comunidade”, afirma o documento. O edital para a escolha das empresas que vão compor a praça de alimentação foi publicado em 15/2.



PUCviva é uma publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Coordenação: Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera.

Reportagem: Ébano Piacentini. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@sanet.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br.

PUC terá posição oficial sobre Reforma Universitária

O Conselho Universitário (Consun) vai enviar ao Congresso Nacional antes do fim do mês a posição institucional da PUC-SP sobre o anteprojeto da Reforma Universitária.

O assunto vai ser pauta no Conselho Comunitário (Cecom) desta terça-feira, 22/2, às 14h, na sala P-65. Membros do Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe), do Conselho de Administração e Finanças (CAF), diretores de faculdade e coordenadores de curso tiveram prazo até 21/2 para enviar ao Consun ressalvas e sugestões sobre o texto do MEC. O conselho reúne-se nesta quarta-feira, 23/2, às 8h30, na sala P-65, para fechar uma posição a partir dessas contribuições.

Fim do xerox de livros

A vice-reitora acadêmica Bader Sawaia anunciou no Cepe em 16/2 que a PUC terá de “eliminar a cultura do xerox”. A professora relatou que, em dezembro, a universidade chegou a ser ameaçada de fechamento pela Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR), durante a visita de um representante.

Depois disso, segundo Bader, a

PUC prometeu definir antes do fim de fevereiro medidas para substituir as tradicionais pastas dos professores, localizadas em estabelecimentos ligados aos centros acadêmicos ou mesmo nas redondezas da universidade.

A principal idéia surgida até agora é o chamado Projeto Livro na PUC. Com ele, a Educ (editora da universidade) publicaria coletâneas com os textos básicos indicados por cada curso. Estuda-se disponibilizar os textos também em formato digital, numa rede interna de computadores.

Alguns conselheiros ponderaram que as bibliografias de muitas disciplinas sofrem mudanças frequentes, o que poderia diminuir a efetividade dessa medida. A vice-reitora garantiu que haverá reuniões com os CAs e coordenadores para discutir o assunto. Por hora, a Reitoria vai, nas palavras de Bader, “vigiar um pouco mais para que as pastas respeitem a lei”.

O conselheiro Gilberto Caetano, diretor da FEA, lembrou que as pastas não abrigam apenas cópias de livros, mas textos dos próprios professores, resumos e exercícios. A legislação só permite a reprodução de livros esgotados, mediante

declaração da editora ou do autor.

Nenhum dos conselheiros cogitou questionar a própria ABDR, que reúne algumas das mais poderosas editoras do país contra o que se chama de “pirataria”. De acordo com a Câmara Brasileira do Livro, o faturamento das editoras brasileiras chegou a R\$ 2,3 bilhões só em 2003. Apenas no primeiro semestre de 2004, a Editora Saraiva, por exemplo, obteve lucro líquido de R\$ 11 milhões.

O site www.abdr.org.br afirma que “a pasta do professor é uma deformação da função de ensinar e de aprender”. Há dois anos, o órgão promove um concurso de redação para crianças com o tema “Copiar não é legal”, para ensinar “sobre o que a cópia representa de nocivo para a cultura e a educação do país”.

CPA

O fórum para definir o sistema de trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da PUC, uma exigência do MEC, teve sua data alterada para 3/3. O regulamento da comissão foi aprovado no Consun de 16/2. O grupo teve uma reunião preparatória do fórum na quinta-feira, 17/2.

ASSEMBLÉIA DOS PROFESSORES

4.ª feira - 23/2 - 18h30 - sala P-65

- ✓ 13.º Salário
- ✓ Atrasos
- ✓ Campanha Salarial

Em recepção plural, entidades aprofundam debate político

A semana de recepção aos calouros de 2005 ocorreu na linha do que havia sido planejado em dezembro por uma comissão que envolveu diversos setores e entidades da PUC. APROPUC, CAs, AFAPUC, faculdades e Reitoria promoveram atividades de apresentação e integração, culturais e políticas, entre as quais se destacaram os debates das entidades na quarta-feira.

O Debate sobre Educação, Reforma Universitária e a PUC-SP aconteceu no Tucarena, com a participação de 150 estudantes calouros e veteranos de manhã e 200 no período da noite. A participação de professores aumentou sensivelmente em relação ao ano passado. Após as considerações iniciais dos representantes das entidades, muitos alunos participaram com suas intervenções, a ponto de a palavra só voltar para a mesa no encerramento do debate. Na ocasião, foi distribuído ao público e lido pela mesa um manifesto aos calouros assinado pelas entidades (*PUCvivan*.º 517). O texto dizia que “os estudos não estão isentos do ‘conhecimento’ e da ideologia voltados a perpetuar a exploração e o domínio de classe. A universidade não é neutra diante da situação em que a maioria dos jovens está impedida do acesso ao ensino superior”.

Em sua fala de abertura, o diretor da APROPUC Erson Martins colocou como questão fundamental compreender que, à maior parte da juventude brasileira, é negado o estudo. Segundo Erson, “das 34 milhões de crianças que freqüentam o ensino fundamental, apenas 9,8 milhões chegam ao ensino médio, dos quais apenas 3,8 milhões passam ao ensino superior. A política do Banco Mundial é de que apenas o ensino fundamental seja prioridade do Estado. FHC disse que acabou com o analfabetismo no Brasil. No entanto, há

cerca de 40 milhões de analfabetos funcionais”.

O estudante Tiago Guerra, do Cacs, levou a voz do Conselho dos Centros Acadêmicos (CCA) ao debate da noite. Tiago criticou o anteprojeto de Reforma Universitária do governo, dizendo que ele permite a inserção privada nas universidades públicas ao regulamentar a presença das fundações nas faculdades. Criticou também o discurso das vagas ociosas, explicando que as particulares lucrativas só querem aumentar a proporção de alunos em relação à de professores, que já é em alguns casos de cem para um, e deve aumentar com o ProUni.

Atividades dos CAs

Durante toda a semana, os CAs receberam seus calouros com manuais explicativos e eventos políticos e culturais. As atividades incluíram relatos das lutas travadas na PUC em 2004, como fez o CA de Psicologia; discussões sobre o movimento estudantil, travadas no Serviço Social; um show seguido de discussão sobre choro no Tucarena, promovido pelo

CA de Direito; e uma oficina sobre rádios livres, feita pela Rádio Xiado, que entrou no ar na quarta-feira, promovida pelo Cacs.

O CA de Letras promoveu na terça uma discussão sobre A Literatura e o Social no Brasil. Lá, o professor Erson Martins expôs como a literatura faz parte da história e da cultura de um povo, desenvolvendo a linguagem e a sensibilidade, mas também sendo compreendida como documentação da realidade popular ao longo da história brasileira.

Já na quinta, ocorreram duas atividades políticas simultâneas: no CA de Letras, um membro da Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes (Conlute) veio à PUC e travou uma discussão aprofundada sobre a reforma da Educação; no Museu da Cultura, calouros e veteranos debateram a construção da Conlute pela tese A Plenos Pulmões. A entidade foi criada no ano passado para unificar nacionalmente a luta contra a Reforma Universitária proposta pelo governo Lula.

As atividades de recepção de calouros de Economia e Direito continuam nesta semana, com aulas mag- nas e grandes palestras.

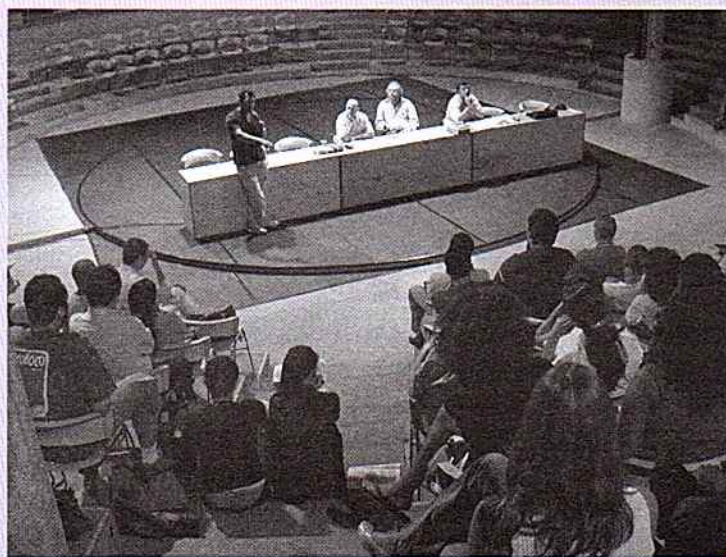
Avaliação positiva

Para o diretor da APROPUC Erson Martins, a atual Reitoria, diferentemente da gestão anterior, acertou em planejar conjuntamente as atividades para receber os calouros. O professor avaliou que está sendo criada uma tradição em que o estudante que chega é convidado a refletir o vínculo da escola com os problemas do país, da Educação e dos movimentos sociais. “A universidade é a caixa de ressonância do que acontece na sociedade”, disse, lembrando um manifesto da APROPUC

que analisa o recente assassinato da Missionária Dorothy Stang, no Pará, denunciando os métodos brutais de madeireiros e grileiros nos conflitos de terra da região (leia íntegra nesta edição).

Sobre os debates, disse que eles garantiram a democracia e o conflito de idéias e posições sobre a Reforma Universitária entre os estudantes. “Isto tem o dedo da APROPUC, não temos a visão de que o movimento dos professores está desvinculado dos estudantes”, concluiu.

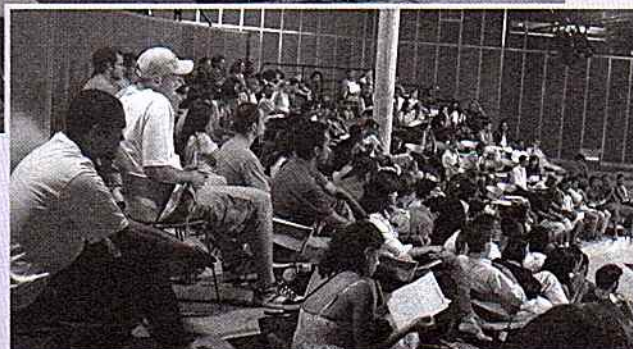
Política e cultura foram os destaques da Recepção



Os debates realizados por APROPUC, AFAPUC e CAs foram amplamente concorridos, tanto pela manhã (acima) quanto à noite (à dir.)



FOTOS DE ALCIA PERES



E também não faltou o trote tradicional a que os calouros são submetidos



"A Plenos Pulmões" foi o nome da atividade que discutiu Reforma Universitária e movimento estudantil no Museu da Cultura



A Semana também teve apresentações de maracatu (acima). Ao lado, a movimentada oficina da Rádio Xlado, no recém reformado CA de Ciências Sociais



Mais um crime hediondo dos exploradores

O assassinato da missionária Dorothy Stang é mais um entre muitos encomendados pelos latifundiários. Em Anapu, Pará, os jagunços são reconhecidos à luz do dia. Os marcados de morte recebem recados com antecedência. É só esperar o dia em que tombarão penetrados pelas balas fatais. Exatamente foi o que aconteceu com a religiosa que atuava nos conflitos de terra ao lado dos camponeses contra os poderosos grileiros.

Seus matadores puderam receber a visita de Dorothy, que procurou demovê-los do crime com um gesto de bondade. Os pistoleiros, que certamente receberam alguns trocados dos mandantes, não se comoveram e, no dia seguinte, abateram-na friamente.

Impressiona o quanto de desumanização atingiu parcela de oprimidos que se transforma em executores dos crimes da burguesia. Sabemos que os jagunços fazem parte da história dos conflitos de terra. Trata-se de um fenômeno social em que homens miseráveis, portanto vítimas do sistema de divisão de classe, se tomam armas sanguinárias para serviços que os exploradores não querem fazer com suas próprias mãos.

O Pará é um Estado em que grande parte das terras pertencem à União. Os fazendeiros e madeireiros tiveram, no passado, apoio do governo federal para irem se apossando das terras, no projeto de expansão da fronteira agrícola. O capital não poderia penetrar no território sem que fosse pela via da violência, típica da colonização e da dominação.

A tal da expansão da fronteira agrícola, que vem desde a década de 70; sob a ditadura militar, resulta em transformação das terras estatais em latifúndios. A concentração de terras griladas e sob o controle de madeireiras já atingiu grande proporção. Certamente, camponeses sem-terra e pequenos agricultores se colocam como obstáculos no caminho expansionista dos latifundiários, que saqueiam as riquezas naturais e se apossam das terras públicas.

A missionária Dorothy participava de projetos do próprio governo de assentamentos de terras e de proteção ambiental. Pertencia à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Recebeu homenagens de instituições como Assembléia Legislativa e OAB. Como se vê, trabalhava segundo a legalidade estatal. Mesmo assim, foi marcada para morrer.

Os poderosos fazendeiros e madeireiros não estão protegidos apenas pelo seu dinheiro e por suas milícias, mas também pelo poder público do Pará. Lembremos o massacre de Eldorado dos Carajás. Mon-

tou-se uma farsa jurídica. Não houve a devida punição aos policiais matadores de sem-terra. E o principal responsável, que foi o governo do Pará, não sofreu nenhum inconveniente. A Câmara dos Deputados que homenageou a missionária é dos mesmos partidos que acobertaram a responsabilidade do governador pelo massacre de Eldorado dos Carajás.

Mas há outros fatos recentes. O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará foi assassinado em 21 de novembro de 2000. Os jagunços foram detidos pelos próprios trabalhadores e entregues à polícia. Os fazendeiros mandantes foram identificados, detidos por alguns dias e estão livres para encomendarem novos crimes. A CPT denuncia que cerca de 30 sindicalistas e ativistas sem-terra estão ameaçados de morte.

O assassinato de Dorothy se dá num quadro mais amplo de cerco dos latifundiários contra agricultores pobres e oprimidos. Os burgueses não se importam que seus capitais sejam conseguidos por meio de grilagem, de compra de autoridades públicas (parlamentares, juízes etc), pilhagem e mortes daqueles que resistem a seu império.

Sob o governo Lula, têm crescido os crimes de classe contra os camponeses. A reforma agrária prometida não é concretizada. As leis de repressão ao movimento dos sem terra permanecem. Os madeireiros, devastadores da natureza, são tratados com candura. Eis por que é preciso denunciar a responsabilidade do poder estatal, que se encontra nas mãos do poder econômico.

Exijamos a punição de todos os crimes contra os trabalhadores. É preciso que os próprios trabalhadores, vítimas da opressão de classe, constituam um Tribunal Popular para responsabilizar os crimes de classe e lutar pelo fim de toda opressão do homem pelo homem.

As terras dos grileiros devem ser retomadas pelo Estado, nacionalizadas, e entregues para os camponeses, que saberão usá-las sem destruí-las. Os madeireiros devastadores precisam ser expulsos e o controle das riquezas naturais usadas planejadamente pelos trabalhadores, organizados socialmente para esse objetivo.

Chega de assassinatos de trabalhadores e de quem luta ao seu lado!

Dorothy, seus assassinos e mandantes não dormirão em paz enquanto tivermos forças para lutar!

Pela Diretoria da APROPUC,
Professora Priscilla Cornalbas

Dorothy Stang. Presente!

Hamilton Octavio de Souza

O bárbaro assassinato da freira Dorothy Stang, de 73 anos de idade, dia 12 de fevereiro, em Anapu, a 500 quilômetros de Belém, no Pará, só pode ser visto com indignação e repulsa. Ela – assim como tanto outros religiosos, sindicalistas, advogados, professores, militantes sociais, camponeses, trabalhadores e trabalhadoras – deu a vida para ajudar os mais pobres, os excluídos, o povo humilde que se esforça para sobreviver num País injusto e desigual.

A violência praticada contra a irmã católica, integrante da ordem de Notre Dame, é a mesma violência que vitimou centenas de lutadores do povo pelo Brasil afora, nas últimas décadas, que se empenharam pela reforma agrária, pela defesa dos bens naturais, num País que ostenta um imenso território e a mais mesquinha distribuição da terra. A Comissão Pastoral da Terra tem computado centenas de crimes semelhantes sem que os seus autores, diretos e indiretos, tenham sido julgados, condenados e punidos.

O assassinato da irmã Dorothy obriga a reflexão sobre algumas questões fundamentais: o que essa freira, idosa, pacífica, despojada e solidária, dedicada aos mais humildes, poderia oferecer de ameaça a ponto de ter sido fuzilada com seis tiros de pistola? Que mal ela estaria fazendo ou poderia fazer se não tinha armas, jagunços e nem planos para praticar qualquer vio-

lência contra quem quer que fosse? Quem encarnaria tanto ódio para assassinar um ser humano tão frágil e indefeso?

As respostas para essas questões não estão apenas na comprovada covardia dos pistoleiros, na certeza de impunidade que move os mandantes (provavelmente fazendeiros ou empresas madeireiras), na cumplicidade da Justiça e de outros servidores públicos, ou na indiferença dos governantes; as respostas mais certas estão na própria existência do latifúndio, na mentalidade feudal e escravocrata dos grandes proprietários rurais, no sistema político-econômico que espolia o trabalhador, e nos grupos empresariais e oligárquicos que são capazes de tudo para manter seus privilégios.

As respostas para esse crime não estão no Pará, na Amazônia, nas fronteiras agropecuárias ou nos fundões do Brasil. As respostas para esse crime – e de tantos outros ocorridos – estão nos palácios de Brasília, nos plenários do Congresso Nacional, nos tribunais, nos governos dos estados, nos grandes e pequenos centros urbanos, na imprensa burguesa, no modo de vida e na ideologia dos reacionários que se espalham por todos os municípios e que insistem em perpetuar um Brasil arcaico, atrasado, gerador de miséria e de injustiças.

A mesma violência que assassinou a irmã Dorothy está presente em todos os lugares onde existe autoritarismo, prepotência, discriminação, individualismo, egoísmo, ganância –

enfim, em tudo aquilo que representa o mando das elites sobre a maioria, através da ameaça, da humilhação e do terrorismo. A mesma violência está nas empresas, nas escolas, nas instituições, manifestada por aqueles se apropriam dos bens coletivos, comunitários e públicos para transformá-los em bens privados e pessoais.

A irmã Dorothy foi assassinada porque as forças políticas comprometidas com o povo e com as transformações do País não ousaram fazer o confronto decisivo com os criminosos; foram, seguidas vezes na história recente do País, levadas à conciliação sem romper o círculo vicioso da submissão; por isso mesmo o povo continua refém dos “senhores de engenho” e de seus herdeiros travestidos nos mais diversos papéis localizados no topo da pirâmide social.

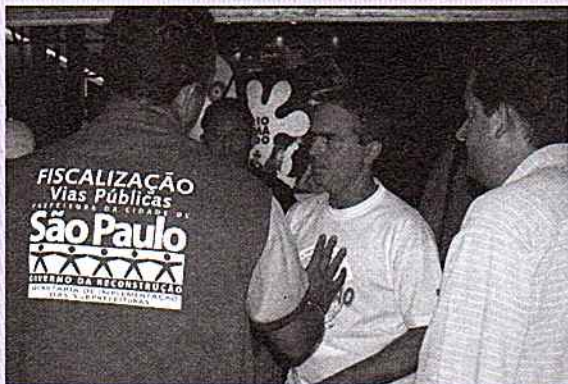
A morte da irmã Dorothy não terá sido em vão se o seu exemplo de vida se espalhar pelo povo; se a sua dedicação solidária contagiar os militantes sociais; se cada um assumir o compromisso de lutar, minimamente que seja, pelas mesmas causas que ela viveu e morreu. Assim, quando alguém perguntar pela irmã Dorothy Stang, a nossa resposta só poderá ser um forte e sonoro grito: **PRESENTE!**

Hamilton Octavio de Souza é jornalista, professor da PUC-SP e membro do Conselho Editorial do Brasil de Fato.



Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

Rola na rampa



Mais uma vez, prefeitura expulsa ambulantes da PUC

Na quarta-feira, 16/2, os ambulantes que trabalham ao redor da PUC foram surpreendidos por uma operação da subprefeitura da Lapa. Os fiscais levaram boa parte das mercadorias a instalações expostas em frente ao câmpus Monte Alegre. Houve truculência na ação – os fiscais ameaçaram apreender a câmera da repórter fotográfica do *PUCviva*, Alicia Pe-

res, o que não se concretizou, devido à intervenção de estudantes que acompanhavam o ocorrido. Os fiscais alegavam falta de documentação, mas vários ambulantes que estão em situação regularizada com a Prefeitura tiveram suas mercadorias apreendidas. Procurado várias vezes pela nossa reportagem, o subprefeito da Lapa não atendeu.

AFAPUC firma novo convênio

A associação dos funcionários acaba de estabelecer convênio com a drogaria FarMais e a Farmácia de Manipulação AlmoFariz, ambas localizadas na Rua Turiassú, 1418. Os estabelecimentos farão entregas para o câmpus Monte Alegre sem custo adicional. Funcionários associados terão descontos de 10% e 15%.

Anos 50 em cena na Videoteca

A nova mostra de filmes da Videoteca traz o tema *Anos 50 em cena*, com 13 filmes produzidos durante aquela década. Nesta terça-feira, 22/2, serão exibidos *A marca da maldade*, de Orson Welles (1958), às 12h, e *Um corpo que cai*, de Alfred Hitchcock (também de 58), às 17h. O ciclo começou na semana passada e vai até o fim de março, no Auditório Banespa (térreo do Prédio Novo), sempre às terças. Informações na Videoteca: 3670-8327.

Comissão inicia discussão das atividades docentes

A comissão que discute a formulação de um novo contrato de trabalho docente chegou à conclusão de que será preciso realizar um levantamento completo das diversas atividades que compõem o trabalho dos professores na PUC. No próximo dia 11/3 a Reitoria trará um relatório, elaborado pela gestão anterior, que levanta algumas dessas atividades. A discussão sobre os princípios que regem a deliberação 65/78 teve prosseguimento. Para a professora Priscilla Cornalbas, presidente da APROPUC, alguns fundamentos devem ser observados, como a permanência da inte-

gração ensino/pesquisa/extensão, a manutenção do contrato por tempo (e por conseguinte a exclusão da hora/aula) e a universalidade como critério geral do contrato docente. Priscilla lembrou também que uma das idéias expostas pelos professores em sua última reunião foi avançar nas condições atuais, não admitindo-se retrocesso. Nesse sentido, o professor Antonio Carlos Malheiros, da Faculdade de Direito, lembrou que, na reformulação da 65/78, não pode haver situações de redução salarial onde a carga horária seja mantida, o que seria ilegal.

Recepção continua ainda nesta semana

O Centro Acadêmico Leão XIII, da FEA, entra na segunda semana letiva com várias atividades voltadas aos calouros e à comunidade em geral. O destaque é a apresentação de violonistas no palco do Tuca, nesta terça-feira, 22/2, às 18h. Antes disso, na se-

gunda-feira, haverá aulas magnas pela manhã e à noite para os cursos de Economia, Administração e Ciências Atuariais. Na terça, a FEA será apresentada aos calouros por representantes da diretoria, departamentos, CA, Atlética e Consultoria PUC Júnior.

Últimos dias de *Cidade Proibida* no Tucarena

Acontecem neste fim-de-semana as duas últimas apresentações da peça *Cidade Proibida*, com o premiado grupo Trupitê de Teatro, no Tucarena. A peça, dirigida por Carlos Gardin (também professor da PUC e coordenador do curso de Artes do Corpo), traz textos de Antonin Artaud, Clarice Lispector

e Sam Shepard, e mescla as várias linguagens possíveis no teatro. O tema principal é o próprio processo de criação dentro das artes cênicas. As apresentações acontecem no sábado, 26/2, às 21h, e no domingo, 27/2, às 19h. Os ingressos custam R\$ 10. Aposentados e estudantes pagam R\$ 5.